

Afif pede eleições em 1988 para presidente, deputados e senadores

PORTO ALEGRE — O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) defendeu em reunião com empresários gaúchos a redução do mandato, não apenas do presidente da República, mas também de todos os parlamentares. "Tem muita gente em Brasília que condena o mandato do presidente Sarney, e que foi eleita pela mesma mentira", disse Afif, ao defender eleições para Câmara e Senado em novembro do próximo ano.

Segundo Afif, a origem do Estado brasileiro é "fascista-corporativista", partindo do Estado Novo de Getúlio Vargas, instaurado na década de 30.

Proposta falsa — O deputado, um dos sete do PL na Câmara, afirmou que antes de se pensar em outra revolução, como a que instaurou o Estado Novo, deve-se promover uma evolução social e democrática. Propõe, como exemplo, a criação de um sistema de seguridade social para o trabalhador desempregado. Ele acha que a proposta de estabilidade no emprego "é falsa, e partiu de radicais, apoiados por demagogos de plantão".

Guilherme Afif disse que prefere "um trabalhador sem emprego e assegurado por este sistema ao que boicota a produção amparado pela estabilidade de seu emprego". Sem poupar críticas também ao acordo do Brasil com o FMI, ele disse que "não há outra saída, pois nós não temos reservas, ao contrário do que diz o governo".

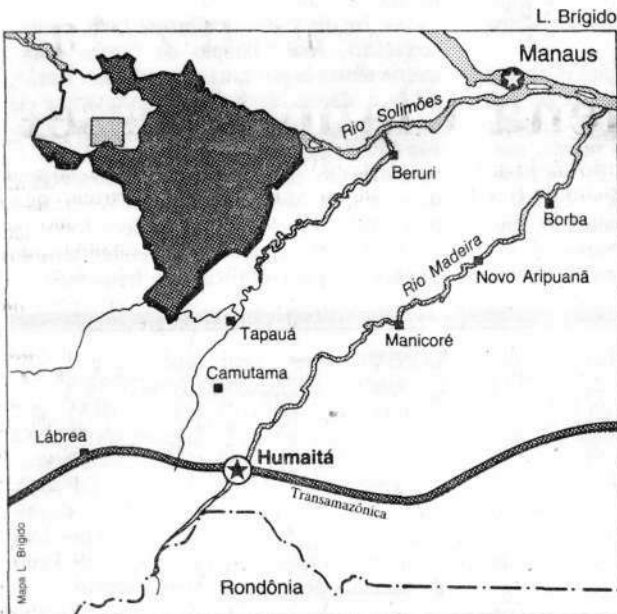
A moratória, para o parlamentar, "foi vendida como um ato de soberania mas, na verdade, caracterizou-se por um estouro de caixa". De acordo com Afif, o governo deverá aumentar mais ainda a carga tributária, para pagar os compromissos com os credores internacionais. "De uma forma disfarçada, o povo pagará a dívida externa, ao mesmo tempo que o governo continua gastando horrores", disse, acrescentando que desconfia da austeridade da administração Sarney.

Sarney não aceita negociar mandato

BRASÍLIA — O presidente Sarney disse que o mandato "não é alvo de negociação" e que está disposto a aceitar "o que a Assembleia Nacional Constituinte decidir", segundo o deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS), após audiência no Palácio do Planalto. Sarney, ainda de acordo com Mendes Ribeiro, acrescentou que ficará "equidistante" de toda e qualquer corrente que venha a se formar dentro da Constituinte, pois a sua base política já está formada com PMDB e PFL.

Ribeiro, que é moderado, procurou o presidente para defender a idéia de convocação de eleições gerais nos próximos anos, logo após a promulgação da Constituinte. "O mesmo vício que tem o mandato do senhor, tem o nosso e isso só se resolve com eleições gerais", disse o deputado. Logo depois, ainda conforme seu relato, ele indagou ao presidente: "O senhor negocia seu mandato?" Foi quando Sarney respondeu que seu mandato não estava em negociação e "o que a Assembleia Nacional Constituinte decidir estará decidido".

Mais tarde, em audiência com um grupo de deputados do PMDB do Paraná, o presidente conversou com outro moderado, Borges da Silveira, sobre a importância de as decisões da Constituinte serem tomadas sem vinculações com o governo ou com os problemas conjunturais, de forma a não comprometer a durabilidade da próxima Constituição. "O presidente disse concordar com a necessidade de independência dos constituintes, mas lembrou que a nova Constituição tem que corresponder aos anseios da média do pensamento da população brasileira", contou o deputado Jovani Vilhane, um dos acompanhantes de Borges da Silveira na audiência.



Humaitá: perto de Rondônia, longe de Manaus

Prefeitos de cidades do Sul do Amazonas querem Território do Madeira

PORTO VELHO — Prefeitos de oito municípios do Sul do estado do Amazonas estão mobilizados, pretendendo a criação do Território Federal do Madeira, cuja capital seria Humaitá, cidade distante 668 quilômetros de Manaus. Os prefeitos dos municípios de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Borba (no vale do Rio Madeira), Beruri, Tauá, Canutama e Lábrea (no vale do Rio Purus), organizaram equipes que estão percorrendo as mais distantes áreas da região, geralmente de barco, entre igarapés, para coletar assinaturas — são necessárias 30 mil — para serem entregues até o dia 12 de agosto à Constituinte.

Até agora, segundo o prefeito de Humaitá, Rui Guerra, já foram conseguidas 15 mil assinaturas. Guerra é o único dos prefeitos pertencente ao PMDB, pois os demais são do PFL. Em Porto Velho, a 200 quilômetros de Humaitá, foi instalado um comitê para a coleta de assinaturas.

De acordo com o censo de 1980, a área abrange 263 mil 431 quilômetros quadrados e tem uma população superior a 152 mil habitantes.

Extensão — A área do território corresponderia a 16,8% da extensão territorial do estado do Amazonas, tendo como base da economia o extrativismo, a pecuária de corte e leiteira, produção mineral de ouro e cassiterita e uma emergente produção de café e arroz, no projeto de colonização Rio Juna, na localidade de Apuí, a 350Km de Humaitá. Apesar da falta de estrutura que está condenando ao fracasso esse projeto do Inbra, prefeitos da região garantem que uma média semanal de 25 famílias chegam em busca de terras. "São populações do Sul do país e o excedente de Rondônia", diz Rui Guerra.

Na Assembleia Legislativa, a defesa da proposta se resume, por enquanto, na solitária figura do deputado Hamilton Cidade (PFL), de Manicoré, único representante do sul do Amazonas no Legislativo. A esperança dos prefeitos é o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB). "Ele tem laços familiares em Humaitá, sua esposa é daqui", diz Rui Guerra.

Espíritas querem legalizar mediunidade

BRASÍLIA — Os espíritas querem amparo constitucional para a mediunidade. A Constituinte recebeu uma emenda popular com 60 mil 458 assinaturas, propondo um artigo que diz: "É garantido o direito de exercício e prática da mediunidade com finalidades de assistência espiritual e recurso auxiliar no tratamento de enfermidades psíquicas, espirituais e físicas, inclusive, através de passes, desde que exercida gratuitamente e sem constituir-se em causa de danos." A proposta foi encaminhada pelo Grupo Espírita Paulo Estevão, pelo Centro Espírita Unidos da Fé e pelo Centro Espírita José de Aguiar Luz e Caridade, todos de São Paulo, coordenados pelo CEM — grupo espírita de iniciativa doutrinária —, que congrega 144 entidades do gênero distribuídas em todo o país. O defensor da proposta, que poderá falar durante 20 minutos em defesa da emenda no plenário da Comissão de Sistematização, deverá ser o coordenador do CEM, Milton Felipeli.

Certamente inspirados pelos exemplos de Chico Xavier e Edson Ribeiro (sucessor de Zé Arigó), os dois mais famosos médiuns em atividade no país, os autores da emenda argumentam, na justificativa que acompanha a proposta: "A mediunidade é um fato e, assim sendo, aguardam os espíritas amparo constitucional para o seu exercício, desde que gratuitamente e sem constituir em causa de danos." Dizem ainda que os "passes" aliviam sofrimentos e ajudam no tratamento psíquico e emocional.

Nove emendas — Com a dos espíri-

tas, são nove as emendas populares que preenchem os requisitos exigidos pela Constituinte. Quatro são patrocinadas pela CNBB e versam sobre educação, família, ordem econômica e liberdade religiosa. Juntas são subscritas por 1 milhão 761 mil 519 eleitores. Há uma outra que determina a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas de 1º e 2º graus e outras três patrocinadas pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

Uma das três emendas da Mitra do Rio obriga o governo a custear o ensino de primeiro grau em escolas particulares, quando não houver mais vagas nas escolas públicas. Foi subscrita por 30 mil 804 eleitores. Outra, com 30 mil 240 assinaturas, defende o direito de usucapião nas cidades, após dois anos de comprovada ocupação do solo, e garante posse de terreno aos favelados. A terceira, assinada por 34 mil 240 eleitores, proíbe o aborto, revoga o divórcio e determina que a família é constituída através do matrimônio.

Das cinco sugestões (propostas que não chegam a ser emendas) apresentadas à Constituinte, quatro não atendiam aos requisitos do regimento e acabaram sendo subscritas por parlamentares. Uma sobre proteção à infância, com 1 milhão 200 mil assinaturas de crianças, foi subscrita pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). A do Sindicato dos Artistas de São Paulo, que proíbe a censura, foi assumida pelo deputado José Genoíno (PT-SP).



Xavier, o mais famoso



Edson, o novo Arigó

Conselho diz que emenda não beneficia ciência

A legalização da prática da mediunidade não trará nenhum proveito para a medicina e a ciência em geral, de acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina, Laerte Andrade Vaz Melo: "A medicina, como toda a ciência, não reconhece esses métodos nem como métodos alternativos de tratamento". Já o médico Vitor Grabois, diretor do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, diz que a posição da entidade continua sendo a de interferir sempre que ficar configurado o exercício ilegal da profissão, através de procedimentos terapêuticos e de tratamento por pessoas sem a qualificação necessária.

"Os médicos não vão aceitar a legalização de uma intromissão em sua área profissional", acrescenta. "A medicina é uma ciência bem definida, de resposta imediata. Espiritismo nada tem a ver com ciência." Para Grabois, a discussão do problema é dificultada pelo fato de não estar em debate nenhuma forma de tratamento médico.

A questão, segundo ele, fica no plano ético, de exercício profissional, mas o sindicato tomará posição contrária à legalização de práticas não-científicas realizadas em nome da medicina. Reconhece o direito de qualquer um ter seu credo e sua religião, "mas exercício profissional ilegal é outra história".

"Por isso é preciso esclarecer se a intenção dos autores da emenda é legalizar a prática indevida da medicina", diz Grabois, que garante uma posição firme do sindicato em defesa do exercício profissional dos médicos. "Infelizmente, a concorrência já existe e não é de hoje, embora estejamos vigilantes. Nem sempre é fácil estabelecer os limites entre o culto religioso e a tentativa de exercer indevidamente a profissão de médico."